



## AGRICULTURA FAMILIAR: UMA PROPOSTA VIÁVEL CONSIDERANDO O CONTEXTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA

Victoria Jandira Bueno<sup>1</sup>  
Carla Maria Freres Stipp<sup>2</sup>  
Leonardo Rodrigues<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar o histórico da estrutura fundiária no Brasil, apontando a natureza do seu desenvolvimento, as desigualdades resultantes desse processo e a importância de espaços de resistência sob a ótica das lutas sociais e sindicais. A metodologia foi desenvolvida por meio de pesquisas em fontes secundárias, fundamentada em revisão de literatura, compreendendo o levantamento bibliográfico referente à questão agrária no Brasil. Foi proposto uma análise de caráter qualitativo a fim de obter informações mais detalhadas sobre as discussões recorrentes apresentadas nas bibliografias, compreendendo a qualidade de suas propostas de diálogos e sua importância frente ao cenário envolvendo a dialética do agronegócio e agricultura familiar. A partir disso, foi possível constatar que as grandes problemáticas envolvendo a questão agrária, tem sua raiz na estrutura fundiária do país, sobretudo através do modo de produção capitalista, que acentua as desigualdades. No que tange a agricultura familiar, ficou evidente a partir do estudo de caso do Projeto Sacolas Camponesas, a necessidade de iniciativas que contribuam para o fomento da luta de Reforma Agrária, visando políticas públicas sociais mais igualitárias e inclusivas, fortalecendo a produção camponesa.

**Palavras-chave:** Modo de Produção Capitalista; Projeto Sacolas Camponesas; Agronegócio.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve como objetivo analisar primeiramente o histórico da estrutura fundiária no Brasil, destacando como a agricultura foi desenvolvida nos moldes capitalistas, o que gerou conseqüentemente uma distribuição desigual de terras no país.

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Geografia. Universidade Estadual de Londrina. victoria.bueno@uel.br

<sup>2</sup> Mestre em Geografia. Universidade Estadual de Londrina. carla.maria.freres@uel.br

<sup>3</sup> Acadêmico do curso de Geografia. Universidade Estadual de Londrina. leonardo.rodrigues@uel.br



Em um segundo momento buscou-se apontar de forma breve a importância da agricultura familiar e como esta surgiu a partir de um contexto das lutas sociais e sindicais, bem como demonstrar que é a agricultura familiar que abastece o mercado interno de alimentos no país, diferentemente do que ocorre com o agronegócio, assunto abordado em tópico específico do presente trabalho.

Por fim, por meio do exemplo do Projeto Sacolas Camponesas do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina em parceria com os Assentamentos Eli Vive I e II demonstrar um modelo de agricultura orgânica realizado pelas mulheres camponesas como forma de fornecimento de alimentos saudáveis à população das cidades envolvidas no projeto, a um custo-benefício acessível.

Também buscou-se ressaltar, por meio do referido projeto a importância deste na vida das camponesas, o que tem proporcionado desde a criação do Projeto Sacolas Camponesas, maior empoderamento das mulheres, bem como maior qualidade de vida nos assentamentos envolvidos com a melhoria dos níveis socioeconômicos, destacando esses espaços de resistência em Londrina.

## METODOLOGIA

No presente trabalho optou-se por um estudo dos dados históricos a respeito da estrutura fundiária no Brasil, bem como sua correlação com a temática ora escolhida, qual seja, a agricultura familiar, por meio de um acurado levantamento bibliográfico.

A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de material disponibilizado em livros e artigos científicos, os quais foram essenciais para a fundamentação da temática escolhida. A principal vantagem dessa modalidade de pesquisa é que esta disponibiliza ao pesquisador uma extensa gama de materiais dando maior amplitude à pesquisa, o que foi de grande valia para o estudo em tela (GIL, 1999).



Mister se faz apontar a diferenciação entre método de interpretação e método de pesquisa, onde o primeiro significa a visão da realidade e do mundo sob a ótica do pesquisador, mais precisamente sua posição ideológica e política; e o segundo, as técnicas que serão utilizadas por ele no decorrer de sua pesquisa (MORAES; COSTA, 1984).

É importante que o método adotado pelo pesquisador seja o mais flexível e abrangente, pelos quais os dados levantados apontem para a realidade estudada. De forma que:

O método não deve ser visto como algo estático e cristalizado; não deve ser uma camisa de força para o pesquisador [...] O compromisso do cientista só pode ser com o real. Quando a realidade observada não encontra correspondência nos pressupostos metodológicos, são esses que devem ser revisados. (MORAES; COSTA, 1984, p. 30)

Neste contexto, a partir das leituras e fichamentos realizados, utilizou-se o método de interpretação com intuito de apresentar um texto coeso e em consonância com a realidade da pesquisa escolhida, demonstrando de maneira clara e objetiva a realidade da agricultura familiar na área estudada, com a confecção de um mapa de localização e registros fotográficos que corroboraram para trazer a realidade do projeto sacolas camponesas para o leitor.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Estrutura Fundiária

A agricultura desenvolvida no mundo e particularmente no Brasil, segundo a maioria dos autores que se debruçam na temática em questão foi calcada sob o modo capitalista de produção. Trata-se de um processo contraditório e desigual, pois o referido processo não aconteceu homogeneamente no tocante aos aspectos sociais e territoriais. Neste sentido, Oliveira (1991, p.22) afirma que:

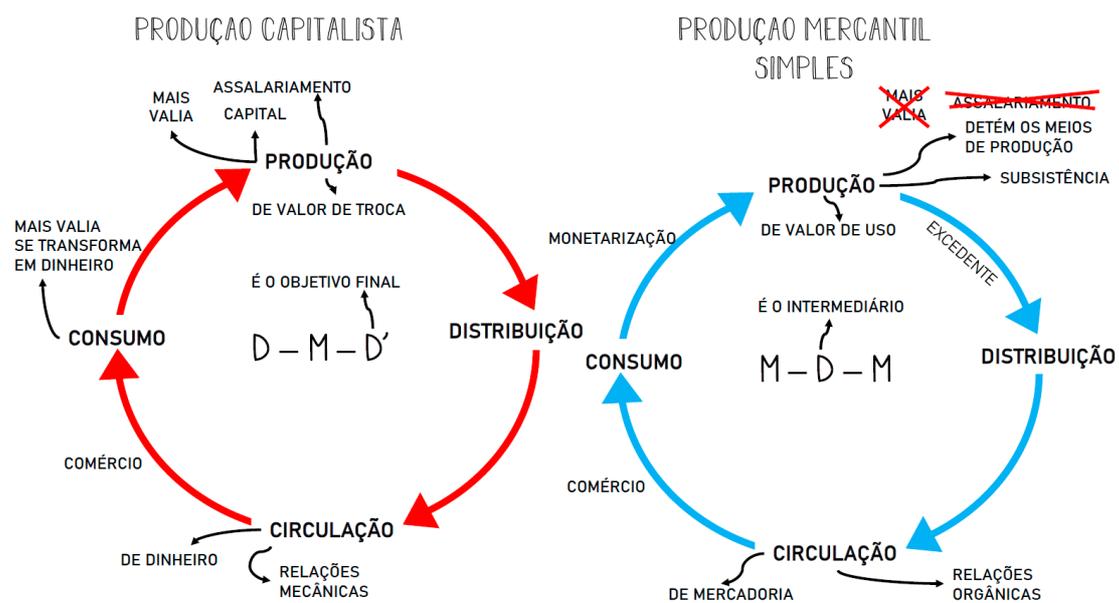


Isso significa que, para entendermos a distribuição social e/ou territorial das desigualdades e contradições do desenvolvimento capitalista, devemos compreender que elas estão ligadas aos processos históricos específicos de cada país ou nação. Ou seja, cada formação econômico-social concreta revela no seu interior esse processo desigual e contraditório espacial e temporalmente (OLIVEIRA, 1991, p. 22).

Constata-se, dessa forma, que o sistema capitalista de produção não foi uniforme, gerando desigualdades territoriais e sociais à medida que seu objetivo visava a rotação do capital, de forma ampliada, com intuito de obtenção de lucro.

Em uma primeira etapa do desenvolvimento capitalista predominava a produção de mercadorias, ou seja, a circulação simples de mercadorias, M-D-M (Figura 1). Dessa forma, o dinheiro obtido com a venda da referida mercadoria serve para a compra de nova mercadoria que normalmente servirá para impulsionar o processo da produção. (OLIVEIRA, 1991).

**Figura 1** – Diferenças entre a produção capitalista e mercantil simples.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2020.



Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo é fruto da rotação do capital D – M – D’ AMPLIADA”, cuja fórmula parte do extremo constituído pelo dinheiro, passa pela mercadoria e retorna finalmente ao mesmo extremo. Nota-se que o objetivo impulsionador e determinante da fórmula supracitada é o seu valor de troca. (OLIVEIRA, 2007)

Referida produção não era essencialmente capitalista, no entanto, a circulação e consumo das mercadorias o eram e neste contexto a agricultura desenvolveu-se pautada em dois modos de produção, quais sejam: um capitalista, baseado no trabalho assalariado e nos arrendamentos e outro não capitalista com formas de produção diferenciadas conforme demonstra Oliveira (1994, p.46):

É por isso que vamos encontrar no campo brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado, os bóias-frias por exemplo, a presença das relações de trabalho não capitalistas como, por exemplo, a parceria, o trabalho familiar camponês, etc (OLIVEIRA, 1994, p. 46).

O desenvolvimento agropecuário no país pautou-se pela concentração de terra na mão de poucos proprietários latifundiários com vistas à exportação de produtos produzidos por meio do sistema de “plantation”, isto é sistema pelo qual prevalece a plantação de monocultura em extensas áreas.

Referido sistema criou uma desigualdade abissal nas relações econômicas, de trabalho, ambientais e sociais histórica à medida que a monocultura de exportação monopolizava toda a atenção e cuidados e relegava outros tipos de produção a um segundo plano, conforme observa Romeiro (1994, p.118):

As características de mais de quatro séculos de desenvolvimento agropecuário no Brasil podem ser assim resumidas: de um lado, grande sucesso comercial das culturas de exportação e, de outro, escassez relativa de gêneros alimentícios, exploração predatória da natureza, escravização da mão de obra, seguidas de precárias condições de acesso



à terra e de emprego, escassez relativa de alimentos e excedente estrutural de mão de obra, num país com a maior área agrícola potencial do planeta (ROMEIRO, 1994, p. 118).

É importante a reflexão de que o Brasil, até a década de 1950, era um país predominantemente agrícola e que, ao sofrer influências num contexto internacional, passou por mudanças no âmbito da política e da economia, o que resultou em transformações na esfera urbana e rural por meio da inserção de novos mecanismos como, por exemplo, a tecnologia e conhecimento científico no campo (MACHADO; TSUKAMOTO, 2020).

No ano de 1964, com o golpe militar, veio a promulgação do Estatuto da Terra com a transferência do Imposto Territorial Rural dos municípios para a União, criação da dívida pública para o pagamento das desapropriações, obrigatoriedade da autorização do Senado Federal para a concessão de terras públicas superiores à 3 mil hectares e ampliação para 100 hectares do usucapião, o que com o surgimento da Constituição Federal de 1988, foi reduzido para 50 hectares (VARELLA, 1998).

Assim, a atividade agrícola é a apossada pelo latifundiário de forma a servir tão somente aos seus interesses próprios, com auxílio das novas tecnologias a que possui acesso fácil, considerando que ele é o detentor do capital e achatando, por assim dizer, o agricultor familiar que passa a ser explorado com sua mão de obra. Neste sentido são os ensinamentos de Rangel (1986, p. 73):

Em primeiro lugar, as atividades agrícolas fundamentais passaram a ser campo de interesse imediato para o latifundiário. Este, em vez de distribuir parcelas entre os agregados, para que estes as lavrassem com seus próprios meios rudimentares, assumiu a responsabilidade por aquelas atividades, com o auxílio de uma tecnologia que o desenvolvimento da indústria pesada - notadamente a de construções mecânicas e a química de base - e a nova universidade iam pondo ao seu alcance, mas não ao alcance da família camponesa tradicional (RANGEL, 1986, p. 73).



O agravamento da concentração agrária, bem como a falta de políticas e reformas gerou graves problemas sociais (aumento de mortes no campo e queda dos índices sociais) e é evidente que estes têm sua origem na própria colonização do Brasil.

Como apontado na tabela abaixo, os resultados do Censo Agropecuário de 2017 reforçam essa desigualdade e indicam um aumento na concentração de terras (Tabela 1). As propriedades com 1000 ou mais hectares ocupavam 44,4% das terras destinadas à agropecuária, em 2006, passando para 47,6%, em 2017, um aumento de aproximadamente 20,6 milhões de hectares para a categoria, enquanto as pequenas propriedades, menores de 100 hectares, passaram de 19,1% em 2006, para 18,2 em 2017.

**Tabela 1** – Número de propriedades rurais e área correspondente, em 2006 e 2017, agrupado por tamanho da propriedade.

Tamanho da propriedade (ha)	2006				2017			
	Propriedades		Área Total		Propriedades		Área Total	
	Número	%	Hectares	%	Número	%	Hectares	%
< 10	2.477.071	47,9	7.798.607	2,4	2.543.681	50,1	7.993.969	2,3
10 a 99,9	1.971.577	38,1	62.893.091	19,1	1.980.684	39,0	63.810.646	18,2
100 a 999,9	424.906	8,2	112.696.478	34,2	420.719	8,3	112.257.692	31,9
1000 ou mais	46.911	0,9	146.553.218	44,4	51.203	1,0	167.227.511	47,6
Produtor sem área	255.024	4,9	0	0	77.037	1,5	0	0
<b>Total</b>	<b>5.175.489</b>	<b>100</b>	<b>353.611.245</b>	<b>100</b>	<b>5.073.324</b>	<b>100</b>	<b>351.289.818</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Censos Agropecuários 2006 e 2017 (IBGE 2006, 2018). Adaptado de Wilkinson, Reydon e Di Sabatto, (2012).

Isso significa que existe muita terra nas mãos de poucas pessoas, o que representa o elevado grau da concentração fundiária no Brasil. Isso existe em virtude da ocupação



histórica do nosso território, desde o período da colonização até os tempos que se seguiram, em que foi privilegiado o predomínio das grandes propriedades de terra.

Assim sendo, torna-se necessário reformas no campo que visem extirpar referidos problemas sociais, pois somente com a alteração estrutural da realidade agrícola poderá haver melhorias na vida não só da população do campo, mas da brasileira como um todo (VARELLA, 1998).

## Agronegócio

Dentro da conjuntura agrária brasileira, o agronegócio desempenha papel de destaque, isso porque é nesse cenário de expansão da agricultura capitalista, que a terra adquire a sua perspectiva enquanto principal fator de acumulação do capital. Neste contexto, é que se dá o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, à medida que esta ultrapassa o próprio conceito, pois de acordo com Paulino, (2009), o agronegócio transcende a atividade meramente agrícola, pois engloba um complexo de sistemas que além desse setor, envolve indústria, mercado e finanças.

De acordo com Fernandes (2018, p. 67), o diferencial da questão agrária na contemporaneidade é que agora “latifundiários, agronegócio e governos neoliberais e pós-liberais se uniram em defesa de um modelo hegemônico, que mantém a concentração fundiária”. Nesse enredo o autor ainda defende que pensar numa Reforma Agrária nessa circunstância, implica em ser contra não apenas ao latifúndio, mas também ao agronegócio.

Nesse cerne, Cavalcante (2019) aponta as nuances da questão agrária com o agronegócio, onde as mesmas são evidenciadas a partir de uma série de dinâmicas, a exemplo de:

“avanço da monocultura e produção de mercadorias em larga escala; centralidade do papel do Estado; imbricação de capitais; concentração



de terras e latifundiarização; poderio de grandes corporações; violência no campo e conflitualidade entre agronegócio e campesinato etc.”

Deste modo fica evidente que a dinâmica de expansão territorial preconizada pelo agronegócio, massacra o campesinato e amplifica os conflitos por terra. Nesse contexto, há de se destacar o protagonismo das grandes empresas do agronegócio, e que para “a concentração da terra, da renda fundiária, da riqueza desses negócios e o desprezo insanável pelas pessoas são os elementos fundantes, as cláusulas pétreas, do que fazer das empresas capitalistas no agrário brasileiro”.

Nesse sentido, essas firmas se tornam as protagonistas desse novo momento do capital no campo, cujo poderio é redimensionado e potencializado. Com sua territorialização, começa a apropriação dessas parcelas do campo, e assim o agronegócio encontra terreno fácil para se expandir, adjetivando como um território cooperativo.

Esse processo resulta no que Oliveira (2015, p. 242) chama de “territorialização dos monopólios”, que acontece através do controle da propriedade privada da terra, do processo produtivo no campo e do processamento industrial da produção, significando que o “proprietário da terra, o proprietário do capital agrícola e o proprietário do capital industrial podem ser a mesma pessoa física ou jurídica”. Essa dinâmica fica evidente, quando:

Há ainda que se considerar a articulação de interesses que tem no acesso à terra e seu eixo: não estamos mais frente somente a proprietários individuais, mas, cada vez mais, trata-se de empresas, sociedades anônimas, com capital nacional e internacional, cujo poder se impõe pela sua capacidade de investimentos em diferentes setores da economia, em especial nesse emaranhado de interesses que vem sendo chamado de agronegócio e pelo poder político que ameaharam (MEDEIROS, 2018, p. 53).

Isso tudo implica num embate direto com as comunidades camponesas, e num controle praticamente irrestrito da terra, as utilizando de acordo com suas necessidades.



Quando nos referimos ao “agronegócio”, se quer damos conta dos influentes agentes que o forma, e deixamos de considerar toda articulação presente entre empresariado e classe política.

Por isso, é urgente e necessário saber quem é, de fato, o agronegócio, conhecer suas facetas e compreender como as firmas atuam redimensionado e agravando a problemática agrária do país, deixando evidente a sua verdadeira face, essa responsável por massacrar os sujeitos, os territórios e dificultar o acesso à terra aos demais.

A questão agrária é ontem, é hoje, é amanhã, e indica a urgência de sua compreensão. Como pode um país que se dá o direito de permitir que haja concentração de terras ao mesmo tempo em que sua população passa fome (CAVALCANTE, 2019).

E é nesse quadro desigual, que a família agricultora camponesa luta para reconquistar o seu espaço em um país com um alqueire de terra caro e que acaba se concentrando, conforme acima exposto, nas mãos do latifundiário que detém o capital e as tecnologias mais avançadas.

## Agricultura Familiar

Em se tratando de Agricultura Familiar, segundo Costa (2017), esta passou a ser uma categoria sociopolítica do meio rural, com ascensão nos anos 90, e que é vista como resultado das lutas sociais no campo, com ênfase ao sindicalismo rural.

Conforme citado por Miranda e Gomes (2019) a agricultura familiar pode ser entendida como aquela desenvolvida quando uma família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho nesse meio produtivo, ou que pelo menos a mão de obra composta por um ou mais membros da família seja superior à de terceiros.



Diferentemente, o agronegócio conceitua-se como a fusão da agropecuária e negócios, ou seja, transcende a atividade agrícola, à medida que agrega um sistema que vai além desse setor envolvendo mercado, finanças e indústria (PAULINO, 2009).

Cabe ressaltar também a diferença entre agricultura familiar e o campesinato, entendendo este último, como uma categoria social de suma importância para a formação sócio territorial brasileira, formada a margem do processo do desenvolvimento socioeconômico do país, que embora negado, pelo fato de estar relacionado à Idade Média na Europa, foi formado, segundo alguns autores na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista (SILVA, 2019).

Ainda nesse sentido, surge uma temática envolvendo a diferença do agricultor familiar e o camponês. Segundo Sampaio (2011) o agricultor familiar está intrinsecamente vinculado ao mercado capitalista, utilizando de técnicas, relações e de políticas para o campo. Já o camponês faz parte de uma outra categoria, reproduzindo relações não capitalistas, reduzindo as condutas como um modo de vida necessário à família, sendo visto então como uma agricultura de subsistência.

Não se deve reduzir de maneira homogênea que as condições, disponibilidade de recursos e investimentos sejam iguais para qualquer produção que seja caracterizada como agricultura familiar. Para Savoldi e Cunha (2010) para a utilização da agricultura familiar, de maneira desejável, deve ser assumido a profundidade e a reconhecida diferenciação entre os agricultores, interpretá-los como são: diferentes entre si, e não redutíveis a uma única categoria.

O pouco avanço tecnológico, a agricultura de pequeno porte ainda se encontra limitada devido aos baixos níveis ligados à inovação, resultando em problemas de caráter produtivo, organizativo e técnico, o que compromete a produção.



Após compreendermos as características principais que definem a agricultura familiar, seguiremos o raciocínio abrangendo as particularidades e aplicações existentes nessa agricultura, sabendo que a agricultura familiar, em grande parte, é responsável pelo abastecimento do mercado interno, e que na maioria dos casos estão presentes as correntes da agricultura não convencional aplicadas ao processo produtivo, como por exemplo a produção orgânica.

A produção orgânica, presente na agricultura familiar, é uma outra característica que a difere de uma agricultura convencional. A agricultura convencional, também conhecida como agricultura moderna, utiliza-se de muitos atributos advindos do pacote tecnológico que a Revolução Verde, em meados da década de 70, ofereceu, como o uso de maquinários e insumos agrícolas (agrotóxicos, fertilizantes).

O aumento da produtividade acaba sendo o objetivo principal, pois o mesmo beneficia o setor econômico através das commodities. No entanto, várias denúncias, oriundas da contaminação desses alimentos, surgiram e como resposta foram criadas algumas correntes da agricultura não convencional, como a agricultura orgânica.

Para Campos e Tsukamoto (2003) uma produção orgânica é caracterizada quando é evitado qualquer tipo de produto sintético que sirva como um fertilizante ou pesticida. Todo produto de origem tóxica é substituído por recursos naturais de origem interna, encontrados na propriedade.

Ou seja, o produtor deve buscar alternativas, dentro de sua própria propriedade, que resultem numa autonomia em sua produção, utilizando toda a energia disponível no seu processo produtivo. Adiante compreenderemos a importância da agricultura familiar desenvolvida pelo pequeno agricultor, utilizando referenciais e dados que sintetizem o seu papel.



A relação teórica, existente entre o agricultor familiar e o pequeno agricultor, se apresenta de forma semelhante, expressado, por muitos autores, como sinônimos. Entretanto, o agricultor familiar pode, ou não, se enquadrar como pequeno agricultor, a depender do tamanho da propriedade e da produção.

Assim, Sampaio (2011) afirma que o agricultor familiar se caracteriza como aquele que utiliza de recursos tecnológicos, estando, em parte, sujeito à lógica capitalista de mercado; e contrata outros indivíduos, alheios à família, para concretização das atividades produtivas, mas mantém a força de trabalho familiar como predominante.

Logo, a classificação, como agricultura familiar, ocorre quando a família detém os objetos e meios de trabalho; a produção se sucede de forma não capitalista; possui propriedade de terra limitada, que, segundo a Lei 11.326/2006, é definido como limite 4 módulos fiscais; recursos tecnológicos e técnica pouco aprimorados; e aplica, majoritariamente, a força de trabalho familiar.

Como reflexo da falta de políticas públicas e da pequena participação financeira da agricultura familiar e do pequeno agricultor, no cenário nacional, quando comparada à agricultura patronal, nas últimas décadas, pesquisadores vêm discutindo a respeito de sua importância e a necessidade de sua manutenção, através de políticas públicas.

A agricultura familiar se apresenta de forma expressiva no Brasil, contribuindo para o desenvolvimento local e regional. Segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), em 2017 existiam no Brasil 4.638.176 de propriedades que seguiam o modelo de produção familiar, representando 117.642.824 hectares de extensão de terras; enquanto as propriedades patronais, representavam 409.947 propriedades com extensão total de 224.075.146. Ou seja, mesmo as propriedades patronais representando apenas 8% do que é visualizado para a agricultura familiar, são eles quem detém a maior parte de extensão de terras, valor 90% superior a extensão de terras da agricultura familiar.



De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, existiam no Brasil 4.367,902, de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, representando 84% das propriedades rurais (GROSSI; MARQUES, 2010).

Já o Censo Agropecuário aponta o número de 3.897.408 estabelecimentos agropecuários que atendiam os requisitos para a classificação na agricultura familiar, considerando algumas modificações na metodologia e aplicação dos questionários para o ano em questão (GROSSI, 2019).

Mesmo que as propriedades classificadas como agricultura familiar se apresentam em grande número, muito maior que a agricultura patronal, a falta de políticas públicas de financiamento da agricultura e a pequena produção bruta ainda é uma barreira para a agricultura familiar e o pequeno agricultor. O que denota maior participação da agricultura monopolista – patronal e centrada nos ditames capitalista - no tocante ao lucro e ao recebimento de financiamento destinado a agricultura.

A importância econômica que apresenta a agricultura familiar e o pequeno agricultor é notória, principalmente para o PIB brasileiro, para o desenvolvimento regional e o fornecimento de alimentos para as comunidades locais. Entretanto, a agricultura familiar e o pequeno agricultor – aqueles com recursos tecnológicos escassos, propriedade de terra e produção pequena e limitada – ainda necessitam de políticas públicas que efetivamente os norteiam para auxiliar no processo produtivo e impedir sua eliminação.

Portanto, compreender o funcionamento das relações de produção específicas, como a agricultura familiar e o pequeno agricultor, que se contrapõe a agricultura monopolista, é de suma importância, a fim de analisar como esta produção se sucede e se relaciona com outros elementos do espaço geográfico, e como a sua manutenção pode contribuir com a sociedade, nos aspectos econômicos, ambientais e sociais.



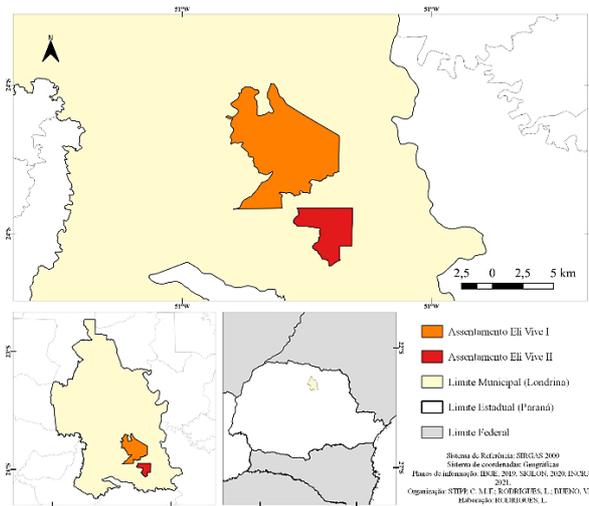
Sendo assim, em expressão da práxis e evidenciando aqui da agricultura familiar, que ainda se mantém como pequeno agricultor, o presente trabalho tem como intuito compreender e analisar, por meio de estudo de caso, a dinâmica e funcionamento da produção familiar sob a ótica do pequeno agricultor, deduzindo a respeito do processo de produção não capitalista e sua manutenção no cenário atual.

## O Projeto Sacolas Camponesas

O Projeto Sacolas Camponesas trata-se de um projeto de extensão atualmente coordenado pelo Professor Nilson José Fraga do departamento de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, em parceria com as mulheres agricultoras dos Assentamentos Eli Vive I e II. Surgiu na Universidade Estadual de Londrina no ano de 2016, coordenado pela Professora Eliane Tomiasi Paulino e iniciou-se com três grupos de dez mulheres cada, denominadas: Mulheres Primavera, Plantando a Semente do Amanhã e Plantando o Futuro (UEL, 2021).

O assentamento Eli Vive I está geograficamente identificado por complexo Guaicará, sendo delimitado pela divisa com o município de Tamarana ao sul, e pelo Rio Taquara, que delimita as fronteiras dos distritos de Guaravera, Lerroville e Guaicará. O referido assentamento está dividido em duas áreas descontínuas (Figura 2), o Eli Vive I, situado na antiga fazenda Guaicará e o Eli Vive II, situado na fazenda Pininga. (CAMPANHA, 2017).

**Figura 2** - Mapa de localização do Assentamento Eli Vive I e II.



**Fonte:** IBGE, 2019; SIGLON, 2020; INCRA, 2021. Org.: os autores, 2021.

Tem por objetivo fortalecer os procedimentos produtivos e ações organizativas com vistas a geração de renda articuladas ao processo de empoderamento de mulheres camponesas, num primeiro plano e de suas famílias, por extensão.

O projeto visa à continuidade na melhoria das condições socioeconômicas das comunidades rurais em áreas de baixo IDH por meio de um desenvolvimento social e econômico ambientalmente sustentável com equidade de gênero, tendo como diretrizes o empoderamento e participação das mulheres agricultoras nos processos de desenvolvimento local, produtivo e de mercado.

O projeto em questão, consiste na identificação de parceiros apoiadores, que uma vez integrados ao projeto, assumem o compromisso de adquirir uma sacola semanal de alimentos frescos e livre de agrotóxicos, divididos entre verduras, legumes, tubérculos, frutas e temperos a um preço fixo compatível com o dos produtos convencionais comercializados em feiras e supermercados locais (UEL, 2021).

Com os parceiros apoiadores permite-se que se elimine a figura do atravessador no processo de comercialização, e em assim sendo, permite-se estimular os laços de



reciprocidade fortalecendo a estima dos camponeses por meio da troca de conhecimentos entre os agricultores, comunidade universitária e sociedade externa (PAULINO; MOREIRA; ALMEIDA, 2018).

Neste sistema são disponibilizados seis itens em quantidades estimadas para consumo compatível de uma família de três a quatro pessoas, obedecendo a sazonalidade e segundo o calendário agrícola e a viabilidade. A dinâmica do projeto proporcionou a produção excedente, o que possibilitou a comercialização dessa produção em feiras livres das cidades envolvidas (Figura 3).

Como apontado nas fotos, além da oferta de produtos, existe a preocupação em não utilizar embalagens, apenas em sacolas de feiras retornáveis. Isso tudo garante um processo de produção agroecológico e mais sustentável, desde o plantio até o consumidor.

Neste sentido, Paulino, Moreira e Almeida (2018, p. 6):

Em vista da dinâmica do compromisso mútuo, em que a equipe promove a capacitação para a produção agroecológica, bem como ao planejamento segundo o calendário de entregas, chegou-se ao estágio da produção de excedentes que não consegue ser absorvida dentro da estrutura do projeto. Isso culminou na extrapolação de mercados e na adequação de estratégias para atender consumidores dentro do assentamento, sobretudo professores da educação do campo, na entrega de porta em porta no Distrito de Lerroville e na cidade de Tamarana e em feiras na cidade de Londrina, sendo esse um dos resultados da autonomia que almejamos construir, pois as demandas originadas a partir da implantação do projeto Sacolas Camponesas acabaram por influenciar a organização da produção e a geração de produção de excedentes de olerícolas pelas mulheres a ele vinculadas.

Trata-se de um projeto portante, que visa fomentar a agricultura agroecológica, destacando a importância do consumo de alimentos sem agrotóxicos pela população e a um preço acessível para os apoiadores e colaboradores do projeto. Destaca - se que qualquer cidadão pode se cadastrar e adquirir os referidos produtos.



Figura 3 – Sacolas Camponesas



Fonte: Campanha, 2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante esse estudo, foi possível constatar que as grandes problemáticas envolvendo a questão agrária, tem sua raiz na estrutura fundiária do país. A concentração de terras por parte de uma minoria, resulta num cerne de desigualdades, sobretudo com a violação dos direitos e com a ausência de respeito perante a população camponesa.

Por isso a importância em conhecer as nuances do capital, estar ciente das dinâmicas do agronegócio e saber das formas de apropriação da terra pelas empresas. De posse dessas informações, os sujeitos e os movimentos sociais poderão dispor de elementos concretos a fim de fortalecer suas lutas por direito à terra e ao território.

Nesse sentido, deve haver uma explanação de informações e pesquisas, afim de salientar a importância da criação desses espaços de resistência. Como exemplificado, essas



comunidades contribuem com tecnologias sociais e promovem benefícios para uma alimentação saudável da população.

Além do mais, essas iniciativas contribuem para o fomento da luta de Reforma Agrária, visando políticas públicas sociais mais igualitárias e inclusivas, fortalecendo a produção campesina.

## REFERÊNCIAS

CAMPANHA, Thiara Gonçalves. **Sacolas Camponesas**: tecnificação e inclusão mercantil de mulheres camponesas na produção agroecológica de quintal no assentamento Eli Vive. II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos. Londrina: UEL, 2017, p. 1-10.

CAMPOS, Margarida Cássio; TSUKAMOTO, Ruth Youko. As principais correntes da agricultura não convencional. In: SIQUEIRA, Márcia Siqueira de Carvalho (Org). **Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Londrina: Ed. a Autora, 2003, p. 17-33.

CARVALHO, Horácio Martins. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Reforma Agrária**, São Paulo, v. especial, p. 31-44, 2013.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **Agronegócio, questão agrária e território no Brasil**: notas breves. Boletim DATALUTA n. 141, 2019.

COSTA, Conceição de Maria Sousa Batista. **Agronegócio e Agricultura Familiar**: modelos agrícolas de desenvolvimento que se contrapõem. [São Luís], 2017. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo10/agronegocioeagriculturafamiliarmodelosagricolasdedesenvolvimentoquesecontrapoem.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Luta pela reforma agrária nos governos neoliberais e



pós-liberais: FHC, Lula e Dilma. In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas – questão agrária e reforma agrária.** Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 61-80.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Bruno Martins Augusto; MIRANDA, Dayana Lilian Rosa. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.28 n.3, p. 397-408, Set./Dez. 2016.

GROSSI, Mauro del. A identificação da Agricultura Familiar no Censo Agropecuário 2017. **Revista NECAT**, ano 8, n. 16, p. 46-61, Jul-Dez. 2019.

GROSSI, Mauro Eduardo del; MARQUES, Vicente P. M de Azevedo. Agricultura Familiar no Censo Agropecuário 2006: o marco legal e as opções para a sua identificação. **Revista Estudo, Sociedade e Agricultura**, vol. 18, n.1, p.127-157, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto.** Brasília: INCRA/FAO, 2000.

MACHADO, Armstrong; TSUKAMOTO, Ruth Youko. Além das Fronteiras da Agroindústria: Poder e Territorialização na Contramão da Esperança. In: BARROS, Mirian Vizintin Fernandes; ASARI, Alice Yaty; SALVI, Rosana Figueiredo. [et al..]. (Orgs.). **Sociedade e Natureza: Uma Visão Geográfica.** Londrina:UEL, 2012. p. 55-69.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Impasses da luta pela terra e das possibilidades da reforma agrária nos governos FHC e Lula (1995-2010). In: COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão (Orgs.). **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas – questão agrária e reforma agrária.** Curitiba: Editora CRV, 2018. p. 29-59.

MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. **Geografia Crítica: A valorização do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.



OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. O Campo Brasileiro no final dos anos 80. In: João Pedro Stédile (Org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 1994, p. 45-67

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: contexto, 1995

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Revista GeoUSP**, São Paulo, v. 19, p. 228-244, 2015.

PAULINO, Eliane Tomiasi. A Questão Agrária na Mídia Impressa. In: KATUTA, Ângela Massumi; ELY, Deise Fabiana; PAULINO, Eliane Tomiasi. [et al...]. (Orgs). **(Geo) grafando o Território: a mídia impressa no ensino de geografia**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.23-30.

PAULINO, Eliane Tomiasi; MOREIRA, Rosângela Maria Pinto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. Produção Agroecológica para a Construção de Autonomias no Campo de na Cidade: uma experiência em Três lagoas – MS e em Londrina – PR. **Cadernos de Agroecologia**, vol.13, n. 2, p.1-8, 2018.

RANGEL, Ignácio de Mourão. A Questão da Terra. **Revista de Economia Política**. São Paulo: Vol.6, nº.4, p. 71-77. Out-Dez.1996.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Reforma Agrária e Distribuição de Renda. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994, p. 105-136.

SAMPAIO, Vilomar Sandes. Agricultor familiar e camponês no contexto da questão agrária contemporânea. In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, XIII, 2011, Costa Rica. **Anais do XIII EGAL**. Revista Geográfica de América Central, 2011. p. 1-13.

SAVOLDI, Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, pronaf e modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Curitiba, Vol.5, n.1, p.25-45, Jan-Jun, 2010.



SILVA, Jesiel Souza. Breve Revisitação ao Campesinato no Brasil. **Revista Nera**, v.22, n. 50, p. 40-63, Set-Dez. 2019.

UEL - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. **Projeto de Extensão:**

Sacolas Camponesas. Disponível em:

[https://www.sistemasweb.uel.br/index.php?contents=system/prj/pex/index.php&pagina=pex\\_pdf\\_projetoscadastrados.php&p\\_num\\_ordem=02303&p\\_link=3](https://www.sistemasweb.uel.br/index.php?contents=system/prj/pex/index.php&pagina=pex_pdf_projetoscadastrados.php&p_num_ordem=02303&p_link=3). Acesso em: 25. abr. 2021.

VARELLA, Marcelo Dias. **Introdução ao Direito à Reforma Agrária:** o direito face aos novos conflitos rurais. São Paulo: LED- Editora de Direito, 1998, p. 91-95.